



Carta aberta da Unicopas ao governo brasileiro, à líderes e delegações da COP 30

Em vista da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), em Belém (PA), de 09 a 21 de novembro de 2025, a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas), promoveu no dia 15 de outubro de 2025 a **Pré-COP das Centrais de Cooperativas Solidárias**. A atividade aconteceu no auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, em Brasília (DF) e reuniu representantes das quatro centrais que integram a Unicopas — **Unicafes** (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária), **Unisol** (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), **Unicatadores** (União Nacional de Catadoras e Catadores do Brasil) e **Unicrab** (União Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária Popular do Brasil) e convidados de diversas esferas, incluindo o poder público, movimentos sociais e especialistas.

O objetivo do evento foi sistematizar as propostas a serem encaminhadas à Secretaria Geral da Presidência da República, para subsequente apresentação à Comissão Organizadora da COP 30 no Brasil.

Neste encontro, as centrais elencaram propostas focadas no fortalecimento e na melhoria de suas frentes de atuação. Tais propostas resultam de um processo de escuta ativa das cooperativas vinculadas, sendo sistematizadas em documentos específicos por cada central.

A Unicopas, por sua vez, elaborou esta carta aberta, na qual foram incorporadas todas as reflexões e propostas discutidas nas quatro centrais ao longo da preparação da COP 30.

COP 30: um chamado a reconhecer e fortalecer o cooperativismo solidário

O aquecimento global não apenas ameaça o planeta, mas agrava as desigualdades históricas: populações negras, periféricas e indígenas são as primeiras a sofrerem o impacto de queimadas, inundações e insegurança alimentar.

O racismo ambiental manifesta-se no não reconhecimento do protagonismo dessas comunidades por parte das políticas públicas ou, pior, quando as ameaças climáticas aprofundam a violação de seus direitos.

Nesse contexto, o cooperativismo solidário, ao fortalecer redes de apoio coletivo e valorizar saberes ancestrais, cumpre um papel central e insubstituível na construção de uma transição justa, por meio do empoderamento comunitário com as mulheres negras e rurais, quilombolas, povos indígenas e catadores/as, que encontram nas cooperativas espaços de liderança e protagonismo, essenciais para romper ciclos de exclusão. O cooperativismo Solidário promove a segurança e soberania alimentar por meio da agroecologia e sistemas agroflorestais cooperativados, preserva variedades locais e assegura que alimentos saudáveis chegam de forma sustentável às mesas das periferias e que a distribuição solidária de renda chegue através do trabalho cooperado, que converte-se em economia circular, minimizando a vulnerabilidade econômica e fortalecendo redes de solidariedade que resistem às oscilações de mercado.

Apenas uma transição que combata o racismo ambiental e coloque no centro as vozes historicamente silenciadas poderá gerar soluções climáticas duradouras e eficazes. O cooperativismo solidário é, portanto, a justiça climática em prática, unindo a luta contra o colapso socioambiental à afirmação dos direitos humanos.

Temos diante de nós, no coração da Amazônia, não apenas mais um encontro, mas uma oportunidade singular no campo do cooperativismo solidário do Brasil para apresentarmos propostas frente à crise socioeconômica e ambiental que o planeta vem sofrendo. A localização da COP 30, ressalta a urgência e a interconexão entre as crises climática e da biodiversidade. A COP é uma poderosa chamada à responsabilidade compartilhada que temos, com a preservação dos biomas ameaçados, para o equilíbrio do planeta. Esta é a conferência da ambição, onde cada nação deve elevar seus compromissos estabelecidos no Acordo de Paris, garantindo uma transição justa, financiamento climático robusto e proteção dos povos e ecossistemas mais vulneráveis.

A crise climática exige respostas urgentes e radicalmente distintas do “crescimento a qualquer custo”. O cooperativismo solidário demonstra, na prática, que outra economia é viável:

- Cooperativas de catadores de materiais recicláveis transformam resíduos em nova matéria-prima, reduzindo a pressão sobre recursos naturais e diminuindo a emissão de metano nos aterros.

- Cooperativas de agricultura familiar agroecológica adotam sistemas agroflorestais e manejos que aumentam a captura de carbono no solo, conservam a água e garantem segurança alimentar para comunidades vulneráveis.
- Cooperativas de energia renovável comunitária investem em mini e micro usinas solares de base cooperativista, promovendo o acesso justo à energia limpa e reduzindo a dependência de fontes fósseis. Essas práticas são mais do que exemplos locais, são modelos replicáveis para enfrentar a emergência climática em todos os biomas. Ao priorizar cadeias curtas de valor, insumos locais e mão de obra organizada coletivamente, o cooperativismo solidário sequestra carbono e gera renda digna, fortalecendo territórios que não se submetem à lógica do “desmatamento zero” apenas no papel, mas na prática cotidiana.

Em alinhamento com o apelo de reconhecimento e fortalecimento do cooperativismo solidário como modelo de desenvolvimento justo, a Unicopas propõe as seguintes diretrizes, a partir de eixos temáticos, para a atuação da COP 30 e do governo brasileiro:

1 Incidência política

- 1.1 Garantir cotas de participação para cooperativas solidárias nas delegações oficiais, para que os representantes de cooperativas de catadores, agricultores familiares, extrativistas e energias renováveis comunitárias integrem as mesas de negociação, garantindo que o Brasil leve à COP 30 experiências concretas de economia de baixo carbono.
- 1.2 Reconhecer a Economia Solidária como resposta à crise climática de forma sistêmica, enraizada nos territórios e sustentada por práticas de autogestão, cooperação e sustentabilidade. Frente ao esgotamento do modelo econômico hegemônico é nas experiências solidárias, que emergem soluções reais e sustentáveis para os desafios da crise climática. Esses empreendimentos promovem circuitos econômicos de base local, geram trabalho digno, fomentam a agroecologia, impulsionam a transição

energética descentralizada, conservam biomas e reconectam produção e cuidado com a vida. Sua atuação territorial fortalece a soberania alimentar, a regeneração ambiental e a justiça climática, especialmente em regiões historicamente excluídas das políticas públicas estruturantes. Diante disso, propomos que a Economia Solidária seja reconhecida como vetor estratégico e transversal na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

- 1.3 Definir metas, instrumentos e orçamentos específicos que garantam sua centralidade no novo Plano Clima do Brasil em elaboração. É necessário que o Estado brasileiro compreenda, valorize e fortaleça essas formas organizativas como expressões legítimas de uma economia do futuro, fundamentada na cooperação, na dignidade e na preservação do planeta.
- 1.4 Incluir a Economia Solidária como instrumento de desenvolvimento sustentável do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), através dos empreendimentos solidários como beneficiários diretos, com linhas específicas para tecnologias sociais, transição energética comunitária e adaptação local à crise climática. O modelo pode inspirar-se em fundos climáticos descentralizados como o NAFCC da Índia e os Community Energy Funds do Canadá.
- 1.5 Reconhecer a Economia Solidária na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), garantindo assento em comissões e conselhos como a Comissão de Produção Orgânica (CPOrg) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), e apoiando organizações como redes agroecológicas de base comunitária, que já demonstram impactos positivos na segurança alimentar e na preservação ambiental.
- 1.6 Garantir espaços temáticos na programação da COP 30 - Abertura de fóruns paralelos voltados a “Inovações cooperativas para o clima”, reunindo saberes populares, pesquisadores, financiadores e jovens ativistas para trocar experiências e construir roteiros de implementação imediata.
- 1.7 Garantir a inclusão do cooperativismo solidário como eixo estruturante das políticas climáticas e de justiça socioambiental.

- 1.8** Reconhecer a agricultura familiar como sujeito político e estratégico na agenda climática global, fundamental para a soberania e segurança alimentar dos povos.
- 1.9** Criar políticas públicas e mecanismos de governança climática que assegurem a participação efetiva das organizações de agricultores familiares nos processos de formulação, implementação e monitoramento das políticas ambientais.
- 1.10** Formar e capacitar as bases para a participação nos espaços de incidência.
- 1.11** Fortalecer as estruturas para uma articulação que faça propostas para as políticas públicas, especialmente nos estados e municípios.

2 **Financiamentos e acesso a crédito**

- 2.1** Garantir linhas de financiamento climático direto, e que parte dos recursos dos fundos de mitigação e adaptação seja canalizada exclusivamente para cooperativas solidárias, com critérios de desburocratização e reconhecimento de práticas tradicionais de manejo de território.
- 2.2** Garantir que as organizações internacionais e financeiras destinem recursos de forma direta e desburocratizada para cooperativas solidárias, reconhecendo sua capacidade de implementar soluções de baixo carbono e alto impacto social.
- 2.3** Oportunizar acesso a microcréditos para famílias cooperadas. Apesar da relevância das cooperativas no meio rural, o acesso ao crédito climático é extremamente limitado. O Fundo Verde para o Clima (GCF) e outras fontes multilaterais ainda não estão adaptadas à escala da agricultura familiar. É necessário promover instrumentos de microcrédito verde, especialmente em parceria com cooperativas de crédito como a Cresol, com forte atuação junto aos pequenos produtores.

- 2.4** Estimular a criação de fundos nacionais e internacionais de microcrédito climático voltados especificamente para famílias agricultoras organizadas em cooperativas.
- 2.5** Ampliar o acesso a instrumentos financeiros de baixo custo, com assistência técnica e capacitação integradas, para investimentos em práticas sustentáveis.
- 2.6** Viabilizar parcerias com bancos públicos e cooperativas de crédito, para oportunizar linhas de microcrédito verdes, com foco em produção agroecológica, tecnologias limpas e diversificação produtiva.
- 2.7** Oportunizar financiamento climático. Apesar dos compromissos internacionais, menos de 2% dos recursos do GCF chegam diretamente às organizações locais. A inclusão das cooperativas familiares como entidades acreditadas, com critérios adaptados, é um passo fundamental. Estudos propõem a criação de um Fundo Global de Resiliência da Agricultura Familiar para apoiar iniciativas locais de mitigação e adaptação.
- 2.8** Garantir acesso direto das cooperativas da agricultura familiar a recursos de fundos climáticos multilaterais, como o Green Climate Fund (GCF) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).
- 2.9** Criar mecanismos financeiros adaptados à escala e capacidade da agricultura familiar, com critérios simplificados, instrumentos de garantias solidárias e apoio institucional.
- 2.10** Articular com a cooperação internacional a mobilização de recursos voltados a iniciativas locais de baixo carbono, biodiversidade e inclusão socioeconômica.
- 2.11** Garantir crédito adequado e democratizado para redesenhar o acesso ao crédito produtivo para a Economia Solidária Agroecológica, com critérios compatíveis com a autogestão e as particularidades dos empreendimentos coletivos. É necessário incluir a equalização de juros, garantias solidárias e linhas específicas nos programas do Pronaf, Fungetur e BNDES, com base

em marcos como o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) e os Fundos Rotativos Solidários.

- 2.12** Oportunizar prévio acesso a crédito para cooperativas e associações, viabilizando investimentos como a compra de caminhões e a construção ou ampliação de galpões de triagem.
- 2.13** Construir mecanismos de autossustentabilidade a partir das finanças solidárias através de fomento às centrais de cooperativas.
- 2.14** Construir mecanismos de financiamento e de fortalecimento da agenda do campo solidário.
- 2.15** Buscar estratégias de sistema de Fundos Solidários das centrais e da base. O debate do financiamento é importante porque dependem do banco, um sistema que é feito para ganhar dinheiro. Por isso, se justifica um sistema de finanças solidárias.

3 Geração de trabalho e renda

- 3.1** Criar nas periferias, espaços de geração de renda digna e fortalecendo a articulação de jovens, mulheres e comunidades negras contra a violência socioambiental.

4 Transição tecnológica sustentável, inclusão digital e inovação tecnológica para o clima

- 4.1** Garantir investimentos públicos e privados para modernização da produção com tecnologias apropriadas à realidade da agricultura familiar, integrando inovação, digitalização, respeito à cultura local e sustentabilidade.

- 4.2 Fomentar sistemas de produção resilientes com foco em agricultura de precisão, energias renováveis, conectividade rural e acesso a mercados digitais.
- 4.3 Garantir acesso à conectividade e inclusão digital nas comunidades rurais como base para a construção de políticas climáticas baseadas em dados, participação e transparência.
- 4.4 Criar infraestruturas e plataformas tecnológicas que conectem cooperativas familiares a mercados, programas de crédito climático, alertas de risco e cadeias logísticas inteligentes.
- 4.5 Apoiar à digitalização das cooperativas e uso de tecnologias de baixo custo (como apps de rastreabilidade, monitoramento climático e gestão agroecológica), para aprimorar práticas sustentáveis, garantir transparência e facilitar o acesso a financiamento verde.
- 4.6 Estimular a criação e difusão de tecnologias de baixo carbono, livres e abertas, com base nos saberes populares, no controle comunitário com garantias de liberdades para usar, estudar, modificar e distribuir tecnologias e conhecimentos, visando à soberania digital nacional. Isso implica reconhecer as tecnologias sociais no escopo das políticas de inovação e financiamento público, bem como garantir infraestrutura digital comunitária e conectividade para territórios populares, inspirando-se em políticas como o Plan Ceibal (Uruguai) ou redes comunitárias do México.

5 **Preservação dos biomas e territórios**

- 5.1 Garantir nas florestas e territórios tradicionais, que povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas mantenham seus modos de vida e sejam protagonistas na proteção da Amazônia.

- 5.2** Viabilizar meios de comunicação a darem espaço às cooperativas que trabalham, diariamente, pela floresta em pé, pela água limpa e pelo direito à vida com dignidade.

6 Certificações para agricultura de baixo carbono

- 6.1** Apoiar à implementação de práticas de agroecologia, integração lavoura-pecuária-floresta, manejo sustentável de solos e recuperação de áreas degradadas.
- 6.2** Reconhecer a contribuição dos agricultores familiares para redução de emissões e sequestro de carbono, com incentivo à certificação e remuneração por serviços ambientais.
- 6.3** Apoiar tecnicamente e financeiramente a transição de modelos convencionais para sistemas agroecológicos e regenerativos.

7 Fortalecimento da bioeconomia

- 7.1** Apoiar as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, com foco na agregação de valor, rastreabilidade e comercialização dos produtos oriundos da floresta e dos territórios tradicionais.
- 7.2** Investir em infraestrutura, inovação e governança territorial para as cooperativas que atuam com extrativismo sustentável, sistemas agroflorestais e produtos da biodiversidade brasileira.
- 7.3** Valorizar o conhecimento tradicional e dos saberes dos povos do campo, da floresta e das águas como parte da inteligência climática dos territórios.

8 Fomento à transição energética justa e solidária

- 8.1 Ampliar o acesso das cooperativas da agricultura familiar a tecnologias de energia solar, biomassa, biogás e outras fontes limpas, com apoio técnico e linhas de crédito específicas.
- 8.2 Incluir as cooperativas nos programas de transição energética justa e descentralizada, com prioridade para territórios vulnerabilizados.
- 8.3 Incentivar à geração distribuída e à autossuficiência energética nas unidades de produção e beneficiamento da agricultura familiar.
- 8.4 Garantir na Política Nacional de Sustentabilidade o protagonismo dos povos estruturando uma política robusta, participativa e intersetorial, vinculada ao Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten) e ao novo Programa de Transição Energética Justa, com a presença efetiva de representantes da Economia Solidária, povos indígenas, povo negro, comunidades tradicionais, juventudes, movimentos migratórios e movimentos populares no seu Conselho Gestor. Essa política deve prever formação, fomento à produção sustentável, crédito, assessoria e assistência técnica, marco legal e garantias para reconversão econômica de regiões impactadas por atividades fósseis ou descarbonização.
- 8.5 Garantir que a transição energética seja inclusiva, participativa e socialmente justa, com foco em comunidades rurais, cooperativas, povos e comunidades tradicionais.
- 8.6 Implementar políticas públicas que priorizem fontes renováveis geridas por empreendimentos comunitários, promovendo autonomia e geração de renda local.
- 8.7 Criar instrumentos de controle social e transparência sobre os impactos territoriais das novas cadeias energéticas.
- 8.8 Estimular a produção de energia solar nas cooperativas solidárias.

9 Adaptação e mitigação de riscos climáticos

- 9.1 Criar programas territoriais de resiliência climática com protagonismo das cooperativas, envolvendo sistemas de alerta precoce, diversificação de culturas e práticas agroecológicas.
- 9.2 Fortalecer a assistência técnica e extensão rural (ATER), com enfoque em adaptação climática, voltada à proteção da produção, da renda e da vida no campo.
- 9.3 Ampliar o acesso a seguros rurais climáticos e políticas de gestão de riscos integradas à lógica cooperativista.

10 Inclusão socioproductiva da juventude e das mulheres rurais

- 10.1 Reconhecer a juventude rural e as mulheres agricultoras como atores estratégicos para a inovação, regeneração e continuidade da agricultura familiar.
- 10.2 Criar programas climáticos com prioridade para jovens e mulheres cooperados(as), com acesso diferenciado a crédito, formação, tecnologias sociais e espaços de decisão.
- 10.3 Apoiar à formação de lideranças jovens e femininas no cooperativismo, com enfoque em gestão sustentável, empreendedorismo e governança climática nos territórios.

11 Soberania e segurança alimentar como pilares da justiça climática

- 11.1 Reconhecer os sistemas alimentares baseados na agricultura familiar como mais resilientes e essenciais ao combate à fome. A crise climática ameaça

esses sistemas, e políticas públicas como o PAA e o PNAE são fundamentais para protegê-los, nos moldes que a FAO reconhece.

- 11.2** Inserir os sistemas alimentares baseados na agricultura familiar no centro das negociações climáticas como estratégia de mitigação, adaptação e combate à fome.
- 11.3** Criar políticas públicas que protejam os circuitos curtos de comercialização e garantam acesso a alimentos saudáveis e produzidos localmente, mesmo diante de eventos climáticos extremos.
- 11.4** Fortalecer a resiliência dos sistemas alimentares locais, com incentivos à diversificação produtiva, estoques comunitários, circuitos territoriais de abastecimento e compras públicas.

12 Expansão da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultura familiar

- 12.1** Viabilizar o acesso à ATER adaptada às mudanças climáticas é essencial. A PNATER, o Plano Safra da Agricultura Familiar e o PAA devem ser integrados a fundos climáticos. A atuação das cooperativas como prestadoras de ATER deve ser fortalecida com recursos nacionais e internacionais.
- 12.2** Ampliar a massiva oferta de serviços públicos e privados de ATER especializada em práticas sustentáveis, agroecologia, bioeconomia e adaptação climática, com prioridade para agricultores familiares organizados em cooperativas.
- 12.3** Estimular à participação de cooperativas, associações locais e organizações da sociedade civil como prestadoras de ATER climática, diversificando a implementação e respeitando as especificidades territoriais.
- 12.4** Mobilizar recursos dos fundos climáticos internacionais, como o Green Climate Fund (GCF), para financiar projetos de assistência técnica adaptativa voltados à agricultura familiar.

13

Agroindustrialização e insumos sob controle dos territórios

- 13.1** Desenvolver uma estratégia nacional de agroindustrialização popular, com incentivo à produção local de insumos agroecológicos, equipamentos apropriados e pequenas unidades de beneficiamento geridas por coletivos produtivos. Experiências como os entrepostos cooperativos de sementes crioulas do semiárido e os laboratórios comunitários de biofertilizantes na Amazônia já demonstram a viabilidade de cadeias produtivas com base solidária e territorial.

14

Compras públicas estruturantes e descentralizadas

- 14.1** 14.1 Instituir uma política pública estruturante e permanente de produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos, articulando programas existentes (PAA, PNAE, PGPM-Bio, CONAB, etc.) em uma estratégia nacional.
- 14.2** Garantir que os recursos públicos priorizem empreendimentos coletivos, cooperativas e associações da agricultura familiar e economia solidária.
- 14.3** Integrar a política agroecológica às agendas de saúde, educação, assistência social e clima.

15

Logística solidária para integração territorial

- 15.1** Criar uma política de fomento à logística solidária, com financiamento e subsídios para aquisição de veículos, construção de armazéns e centros de distribuição popular. Iniciativas como os pólos de comercialização da Rede Xique Xique (BA) e da Central do Cerrado (DF), demonstram que a infraestrutura compartilhada aumenta a escala, reduz desperdícios e fortalece a cooperação entre territórios.

16

Tecnologia para a vida, não para o controle

- 16.1** Educar para a transição e cultura da sustentabilidade, promovendo políticas públicas de educação popular e técnica orientadas à sustentabilidade e à autogestão, com foco na juventude periférica, rural e indígena.
- 16.2** Criar indicadores de justiça climática para políticas públicas para desenvolver métricas e instrumentos que permitam avaliar os impactos sociais, raciais, ambientais e territoriais das políticas públicas relacionadas ao clima. Esses indicadores devem balizar os investimentos dos fundos climáticos, do PAC Socioambiental e da Política Nacional de Adaptação. Utilizar metodologias participativas e baseadas em dados abertos, inspiradas no EJSscreen (EUA) e no Environmental Justice Atlas.

17

Adaptação climática e governança popular

- 17.1** Reafirmar que não há adaptação climática sem organização social, democracia participativa e governança popular.
- 17.2** Fortalecer os mecanismos de gestão compartilhada entre Estado e sociedade civil, reconhecendo o papel estratégico das redes locais e globais de cooperação.
- 17.3** Garantir a participação dos empreendimentos solidários e cooperativas nos espaços de formulação e monitoramento das políticas climáticas, especialmente nos planos de adaptação e transição ecológica justa.

18

Terra, território e soberania alimentar

- 18.1** Defender o acesso à terra como condição essencial para a produção de alimentos saudáveis e para a sustentabilidade econômica e ambiental dos territórios.

- 18.2** Assegurar políticas integradas de reforma agrária, regularização fundiária e proteção dos territórios tradicionais, fortalecendo o direito de uso e gestão comunitária dos bens comuns.
- 18.3** Reconhecer que sem terra não há produção e sem produção não há desenvolvimento sustentável.

19 **Produção descentralizada de insumos e bioinsumos**

- 19.1** Promover uma política nacional de produção descentralizada de insumos agrícolas e bioinsumos, valorizando a regionalidade, a diversidade biológica e os saberes locais.
- 19.2** Estruturar centros territoriais de abastecimento agroecológico e solidário, interligados em rede, para garantir autonomia produtiva e equilíbrio territorial.
- 19.3** Fomentar indústrias solidárias de bioinsumos e tecnologias apropriadas às condições climáticas e culturais de cada bioma.

20 **Biodiversidade e bancos de sementes**

- 20.1** Criar e fortalecer bancos comunitários de sementes crioulas e nativas, articulados em uma rede nacional de conservação e reprodução da biodiversidade, voltada à adaptação climática e à soberania alimentar.
- 20.2** Investir em pesquisas participativas e tecnologias sociais que valorizem as práticas agroecológicas e o manejo sustentável da agrobiodiversidade.

21

Apoio e ampla divulgação da reciclagem popular e PRONAREP

- 21.1 Apoiar as cooperativas de catadores/as para que possam acessar aos recursos públicos e prestarem serviços na coleta seletiva.
- 21.2 Valorizar o trabalho dos catadores/as na coleta seletiva municipal.
- 21.3 Promover a reciclagem popular, um programa foi idealizado para fortalecer a cadeia de reciclagem feita por catadores, que atuam na coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis.
- 21.4 Viabilizar crédito público para o pagamento do crédito de carbono pelo serviço prestado pelos catadores.
- 21.5 Incentivar a compostagem, política que mais descarboniza e reutiliza para internalizar na vegetação.
- 21.6 Garantir o pagamento pelos serviços ambientais aos catadores.
- 21.7 Garantir o preço justo na logística reversa aos catadores, acerca da Política Climática, considerando que o setor empresarial está ganhando sobre isso.
- 21.8 Promover a contratação das cooperativas e associações de catadores na prestação de serviços na coleta seletiva.
- 21.9 Estruturar bases de serviços, cadeias produtivas e redes de cooperação solidária feitas pelos catadores através de plataformas.
- 21.10 Oferecer serviços coletivos solidários aos usuários da coleta seletiva.
- 21.11 Avançar na cadeia produtiva e pré-industrialização.
- 21.12 Apoiar as cooperativas para o beneficiamento dos óleos de cozinha, na geração de biodiesel.

- 21.13** Investir em comunicação para publicizar o tratamento do OGR e sobre a importância do trabalho dos catadores/as.
- 21.14** Efetivar as políticas públicas aos catadores.
- 21.15** Apoiar a infraestrutura das cooperativas de catadores.
- 21.16** Incentivar a educação ambiental, sobretudo com as crianças, para seguirem com novas formas de cuidar do Planeta, amplificando as ações dos catadores.
- 21.17** Usar os mecanismos de apoio aos trabalhos, como logística reversa, a utilização de plataformas com os catadores e que organiza as finanças.

SOLIDARIEDADE, EQUIDADE E PRESERVAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Diante do exposto, reafirmamos que somente um modelo de desenvolvimento enraizado na solidariedade, na equidade e na preservação dos territórios poderá responder aos desafios da crise climática e ao legado de injustiças ambientais deixado pelo racismo.

As mudanças climáticas relacionadas ao mercado de carbono privatizou e comercializou a abordagem, o que não é coerente pois alimenta o capital com a mercantilização. O resultado econômico deve ser justo para as pessoas, sobretudo, as que atuam na Economia Solidária.

É provável que sairemos da COP 30 sem um acordo e com a justa responsabilização para acesso ao Fundo de Financiamento das Mudanças Climáticas.

Alguns países são mais exploradores do meio ambiente, precisamos identificar que a Economia Solidária é uma solução econômica, social e justa para o Planeta, é um projeto político para a sociedade, especialmente, diante das mudanças climáticas.

O Brasil saiu do mapa da fome, mas a fome não saiu do Brasil. A insegurança

alimentar ainda é um dado preocupante no país. Os peixes estão contaminados com plásticos, que afeta a saúde das pessoas também. Devemos dar prioridade ao cooperativismo, economia circular, criativa e popular para lidar com os desafios colocados, vividos especialmente pelos catadores e catadoras. Acreditar no trabalho em rede, sair da mão do atravessador, para sair da dependência.

Essas propostas compõem uma agenda de incidência articulada para a COP 30, para a Agenda 2030 e para os próximos anos, apontando caminhos concretos para que a Economia Solidária se torne política pública estratégica no enfrentamento à crise climática. Acreditamos que não haverá futuro sustentável sem a valorização das experiências que já constroem outra economia – desde baixo, com dignidade, justiça e soberania popular.

Subscrevemos,

Unicopas - União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias

Unicafes - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

Unisol - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

Unicatadores - União Nacional de Catadoras e Catadores do Brasil

Unicrab - União Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária Popular do Brasil

Brasília (DF), 15 de outubro de 2025.

